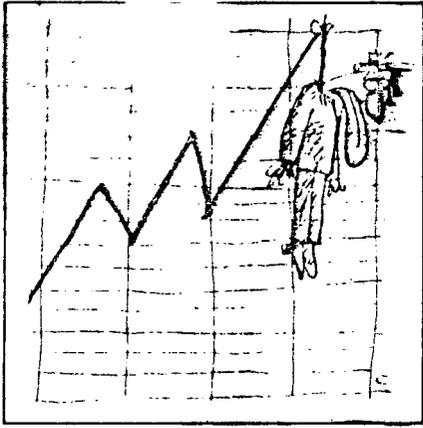


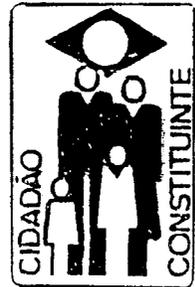
Aconteceu



**Perda salarial
com Plano Cruzado
foi de 40%.**

(Ver Pág. 9)

CONSTITUINTE



**Começa a coleta de
assinatura para
viabilizar iniciativas populares**

(Ver Pág. 4)

Ato Público comemora 3 anos de Diretas Já

(Ver Pág. 8)

Sindicalistas elaboram propostas para Constituinte

(Ver Pág. 3)

Aconteceu

Nº 406 - Abril/1987

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho (coordenador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grotti Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em: *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);

US\$ 60.00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

TEMPO DE SERVIDOR

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:

Cz\$ 200,00

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos 4 cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ cidade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 60,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ cidade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

Constituinte

INFORMATIVO INESC

Um modelo de formulário para coleta das assinaturas das emendas populares foi elaborado pelo DIAP e aprovado oficialmente pela Mesa da Constituinte. Porém, não é obrigatório o recolhimento das assinaturas através desse modelo, embora desejável. Lembramos que o prazo final para o recolhimento das assinaturas se dará, aproximadamente, no início de agosto. Tendo em vista a exigüidade de tempo, julgamos necessário que todos acelerem as discussões em torno das matérias que serão objeto da emenda. Lembramos que, apesar de não ser obrigatório, é conveniente que o texto das referidas matérias seja escrito em forma de artigos e parágrafos (obs.: a referências sobre parágrafos não consta do formulário enviado).

Cada cidadão tem direito a assinar apenas três emendas. Visando garantir este artigo do regimento da ANC, sua mesa decidiu que serão válidas somente as três assinaturas de um cidadão, constantes das três emendas que primeiro derem entrada na mesa da ANC, assinados por este mesmo cidadão. Por isso é importante que as entidades alertem os cidadãos para que não assinem mais de três emendas e que procurem conhecer as emendas que mais lhes dizem respeito, e que tenham a maior abrangência social possível, verificando, também, a idoneidade, a representatividade e legitimidade das entidades que se responsabilizaram pela emenda. Por último, lembramos que está garantido o direito de participação dos analfabetos, nas listas das emendas, através da impressão digital, tal como nas últimas eleições.

SINDICALISTAS ENCAMINHAM PROJETO À CONSTITUINTE HOJE

Salário mínimo fixado pelo Congresso, jornada de trabalho de quarenta horas semanais, reajuste mensal de salários, estabilidade no emprego e direito irrestrito à greve. Esses são alguns dos direitos do trabalhador que o movimento sindical quer ver inscritos no texto da nova Constituição. Para tanto, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) encaminha hoje à Subcomissão do Direito do Trabalhador projeto elaborado ao longo de dois anos, a partir de discussões com sindicalistas e parlamentares, referendado ontem pelos dirigentes das centrais sindicais e confederações nacionais de trabalhadores que se encontraram em Brasília. O projeto prevê que o salário mínimo unificado nacionalmente deve satisfazer as necessidades do trabalhador e sua famí-

lia e ser fixado pelo Congresso. O reajuste dos salários, pensões e aposentadorias devem ser mensais, pela variação do custo de vida, e o salário-família deve ser equivalente a 10% do salário mínimo. Ao mesmo tempo em que proíbe a locação de mão-de-obra e contratação de trabalhadores avulsos ou temporários, a proposta do Diap garante a participação direta do trabalhador nos lucros ou faturamento das empresas. A isonomia - salário igual para trabalho igual -, a proibição de trabalho para menores de quatorze anos e a jornada semanal de quarenta horas estão previstas no projeto. Ficam garantidas pelo projeto a alimentação custeada pelo empregador, as férias anuais de no mínimo trinta dias com pagamento igual ao dobro do salário mensal, assim como a estabilidade no emprego e a aposentadoria integral aos trinta anos de trabalho para homem e 25 para a mulher. (FSP - 9/4/87)

INICIATIVA POPULAR CONSTITUINTE

ASSUNTO

ENTIDADES PROMOTORAS

Nome	Sigla	Endereço

Subscrovo a Proposta reproduzida no verso da presente folha, a ser apresentada à Assembleia Nacional Constituinte, nos termos do artigo 24 de seu Regimento Interno, como Emenda, onde couber, do Projeto de Constituição apresentado pela Comissão de Sistematização.

TÍTULO DE ELEITOR				Assinatura ou Impressão Digital
Nome				
Endereço				
Nº	Zona	Seção	Município/UF	

TÍTULO DE ELEITOR				Assinatura ou Impressão Digital
Nome				
Endereço				
Nº	Zona	Seção	Município/UF	

TÍTULO DE ELEITOR				Assinatura ou Impressão Digital
Nome				
Endereço				
Nº	Zona	Seção	Município/UF	

TÍTULO DE ELEITOR				Assinatura ou Impressão Digital
Nome				
Endereço				
Nº	Zona	Seção	Município/UF	

TÍTULO DE ELEITOR				Assinatura ou Impressão Digital
Nome				
Endereço				
Nº	Zona	Seção	Município/UF	

TÍTULO DE ELEITOR				Assinatura ou Impressão Digital
Nome				
Endereço				
Nº	Zona	Seção	Município/UF	

TÍTULO DE ELEITOR				Assinatura ou Impressão Digital
Nome				
Endereço				
Nº	Zona	Seção	Município/UF	

Essa ficha foi reduzida; seu formato original corresponde à folha A4.

Se você deseja assinar alguma iniciativa popular ou ajudar na coleta de assinaturas, procure o Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte no seguinte endereço:

Rua Visconde do Rio Branco, 54 20060 - RIO DE JANEIRO - RJ TEL.: (021) 222.9832

ENTIDADES TÊM PRAZO DE 50 DIAS PARA APRESENTAR SUAS PROPOSTAS

As Assembléias Legislativas, Câmaras de Vereadores, tribunais e entidades representativas de segmentos da sociedade - clubes, sindicatos, associações de classe ou de moradores - terão até o dia 1º de junho, portanto 50 dias, para apresentar sugestões ao texto da futura Constituição. A dilatação do prazo, que facilita a participação na Constituinte, é consequência de interpretação do regimento interno feita pelo presidente Ulysses Guimarães durante reunião com todos os presidentes e relatores das oito comissões e 24 subcomissões temáticas em que se dividiu a assembléia, para executar seu trabalho de formulação do projeto. De acordo com interpretação anterior, esse prazo terminaria no próximo dia 23, simultaneamente àquele do qual dispõem os próprios constituintes para realizar idêntico trabalho. Mas há outras mudanças. As reuniões plenárias da Constituinte - que se realizam de terça a quinta-feira, das 14h30min às 18h30min - serão suspensas às 17 horas para que as subcomissões possam se reunir extraordinariamente, a partir dessa hora, ampliando seu prazo para discussão das matérias constitucionais. Essa proposta dos relatores, que não implica alterações regimentais, é a única com a qual concorda o presidente da assembléia, Ulysses Guimarães, disposto a impedir a prorrogação do prazo dos trabalhos. (JB - 11/4/87)

ÍNDIOS QUEREM AMPLIAR O ESPAÇO NA CONSTITUINTE

A União das Nações Indígenas (UNI) quer ter um escritório de assessoria para questões indígenas dentro do Congresso Nacional, de forma a suprir a falta de representação de suas comunidades nas decisões da Assembléia Nacional Constituinte. Contatos com vários parlamentares já foram feitos no sentido de que façam chegar esta preocupação até o presidente da

Constituinte, do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, e ao líder da Constituinte no Senado, senador Mario Covas. A informação foi prestada, ontem pelo assessor para assuntos indígenas do Ministério da Cultura, Marcos Terena, que participou da reunião de avaliação do papel das lideranças indígenas dentro do governo, junto com o coordenador da UNI, Ailton Krenak e o chefe de gabinete da FUNAI, Yanaculá Kamaiurá, entre outros. Eles concluíram que a UNI deve exercer o papel de fiscal nos debates sob temática indígena, além de funcionar como agente canalizadora de informações das entidades pró-índios. As lideranças indígenas sustentam o argumento de que a ANC foi instalada sem a representação do primeiro brasileiro, que é a população indígena. Segundo Terena, o índio está correndo o risco, dentro da subcomissão de minorias, de ter suas reivindicações sufocadas pelas das outras minorias, por não ter parlamentares e advogados a seu favor como tem o negro, a mulher e o deficiente. (JORNAL DA MANHÃ - 4/4/87)

OAB DO RIO PROTESTA CONTRA REALIZAÇÃO DE SESSOES SECRETAS

Por entender que o artigo 35 do projeto do regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte, que prevê a realização de sessões secretas, "agrave a consciência democrática do povo brasileiro", o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Rio, Carlos Maurício Martins Rodrigues, enviou telex de protesto aos três senadores e a todos os deputados federais eleitos pelo Estado do Rio de Janeiro. Carlos Maurício convocou senadores e deputados a se manifestarem contra o artigo, que estabelece que as questões de qualquer natureza, discutidas durante as "sessões secretas", não poderão ser levadas ao conhecimento da opinião pública, nem mesmo depois de aprovadas. O presidente da OAB/RJ denunciou o caráter autoritário do artigo, afirmando que ele exclui o povo de participar, acompanhar e tomar conhecimento da discussão sobre a elaboração da Carta Magna. (JB - 10/4/87)

Brasília, 03 de abril/87

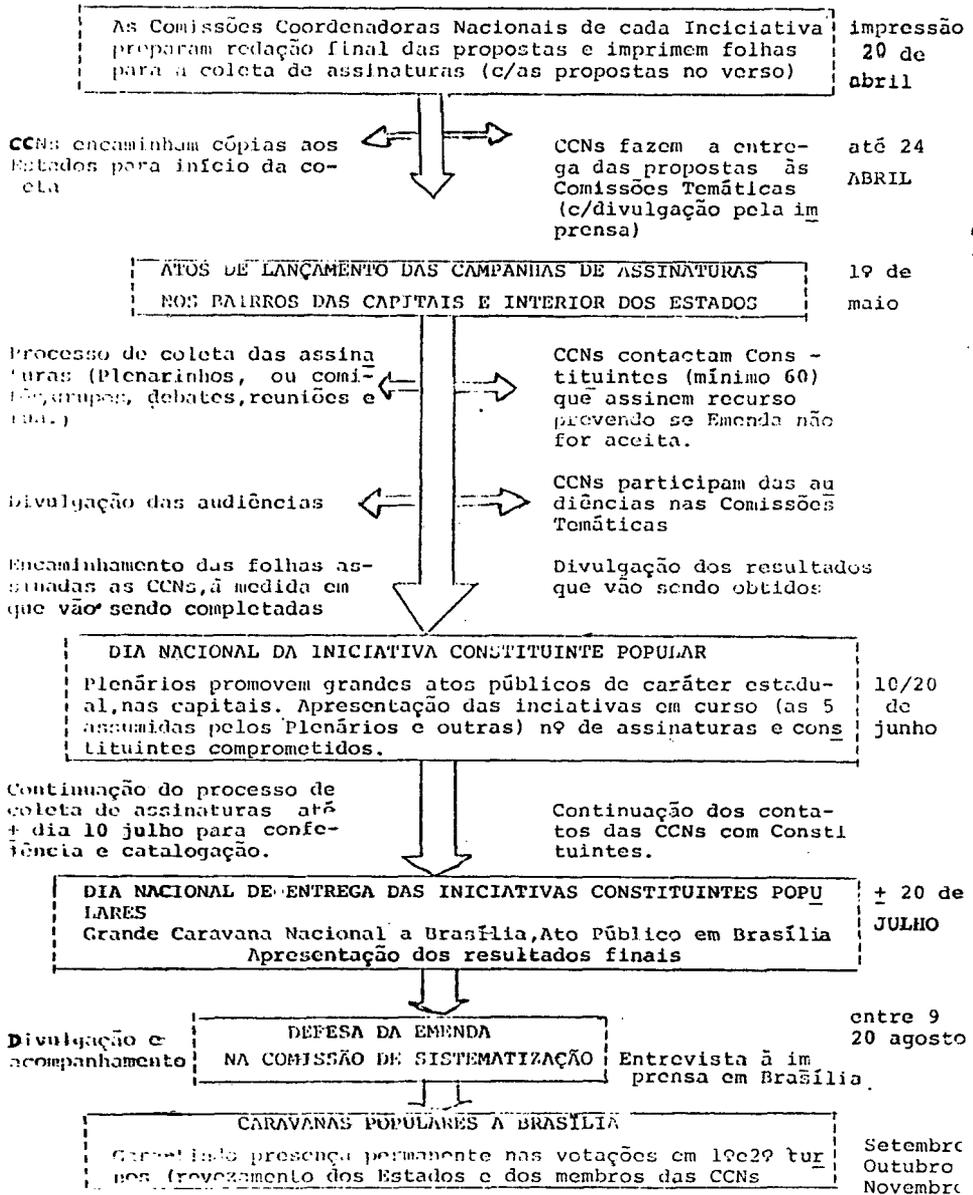


CONSTITUINTE

PLENÁRIO NACIONAL PRÓ-PARTICIPAÇÃO POPULAR

PROPOSTA DISCUTIDA EM REUNIÃO NACIONAL DE PLENÁRIOS DIA 3 de ABRIL EM BRASÍLIA PARA ORIENTAÇÃO E ADAPTAÇÃO NOS ESTADOS.

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO



SEMANA DO ÍNDIO ENFOCA LUTA NA CONSTITUINTE

A luta na Constituinte pelo reconhecimento dos direitos dos povos indígenas é o principal tema da Semana do Índio - 19 a 26 de abril. Durante a Semana, as entidades representativas dos povos indígenas e de apoio à causa indígena divulgarão informações, promoverão debates e atividades culturais, a fim de sensibilizar os constituintes para que a próxima Constituição do País reconheça os direitos históricos dos povos indígenas. A União das Nações Indígenas (UNI) está coordenando uma campanha junto aos constituintes nesse sentido com um programa mínimo de itens que incluem: reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas; demarcação e garantia de suas terras; uso exclusivo das riquezas existentes no solo e subsolo de seus territórios; reassentamento, em condições dignas e justas, dos posseiros pobres que se encontram em suas terras; reconhecimento e respeito às suas organizações sociais e culturais, além de garantias de plena cidadania.

SUBCOMISSÃO CONVIDA ENTIDADES PARA DEBATER A REFORMA AGRÁRIA

A Subcomissão da Política Agrícola e Reforma Agrária convidou os dirigentes da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Faemg) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além da Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), para debaterem o assunto da reforma agrária durante reuniões a serem promovidas na próxima semana. O primeiro encontro da subcomissão, ocorrido ontem, contou com a presença de 24 integrantes. Aldo Arantes (PC do B-GO) e Alysson Paulinelli (PFL-MG) afirmaram que a presença de parlamentares deverá ser sempre "maciça", pois "os conflitos" que serão discutidos na subcomissão fazem com que "todos

fiquem vigilantes". Os constituintes da subcomissão querem ouvir ainda, durante suas reuniões, dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fe-taeg), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), além do próprio Ministério da Reforma Agrária. (FSP - 15/4/87)

MILITARES FAZEM 'LOBBY' PARA MANTER ATRIBUIÇÃO

Os ministros militares acreditam que o Congresso constituinte não irá alterar qualquer um dos pontos da atual Constituição relacionados com as Forças Armadas. Para isso, um intenso trabalho de "lobby" vem sendo feito pelas assessorias parlamentares dos ministérios militares, a fim de mostrar aos senadores e deputados a necessidade de manutenção dos dispositivos constitucionais relativos às Forças Armadas. O ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, por exemplo, acha que os rumores que "têm surgido envolvendo os militares em golpes fazem parte de uma estratégia montada para conturbar o debate, na Constituinte, sobre o papel constitucional das Forças Armadas, com o objetivo de modificá-lo". Na semana passada, Leonidas incumbiu seus assessores de distribuir entre os constituintes uma publicação do Centro de Comunicação Social do Exército, intitulada "Temas Constitucionais - Subsídios". O tema mais polêmico é a destinação constitucional das Forças Armadas, considerada "uma das mais arraigadas tradições do Direito Constitucional Brasileiro", segundo a publicação do Exército, que esclarece ainda que "a dupla missão das Forças Armadas existe contra o inimigo externo que ameaça a soberania nacional ou a integridade de seu território, e contra aqueles que, no inte

rior do país, perturbem gravemente a ordem ou afrontem os poderes constitucionais e o império da lei". Mais adiante, o Exército justifica a necessidade de manutenção desse papel afirmando que "as Forças Armadas jamais tomaram, isoladas, a iniciativa de empregar o seu poder, utilizando-se de uma suposta autonomia, mas quando o fizeram foi atendendo às aspirações do povo, com ele se ombreando em todos os momentos decisivos da vida nacional". Com relação ao direito político dos militares, o Exército entende que "seria viável estender aos cabos e soldados profissionais o direito de votar e ser votado". A exclusão do direito ao voto permaneceria, entretanto, apenas para cabos e soldados não profissionais "que são mais suscetíveis de se deixarem envolver pelas inquietudes político-partidárias". (FSP - 20/4/87)

Política Nacional

ATO PÚBLICO COMEMORA 3 ANOS DA DIRETAS JÁ

a véspera do terceiro aniversário da votação e rejeição da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para a presidência da República, representantes de partidos políticos e entidades da sociedade civil lotaram ontem à noite o plenário e as galerias da Câmara dos Vereadores para o debate "A Constituinte e a Eleição Direta para Presidente da República", que acabou se transformando num ato público suprapartidário de retomada da campanha pelas **Diretas Já**. A iniciativa da realização do debate partiu da vereadora Dilsa Terra (PDT), que ontem mesmo começou contatos com todas as câmaras municipais do País, visando retomar a campanha que levou às ruas, em 84, milhões de brasileiros. Além do PDT, representantes do PT, PV e de várias entidades civis, como Faferj, Famerj, CUT, CGT, movi-

mento indígena e movimento estudantil estiveram presentes ao ato. (ÚLTIMA HORA - 10/4/87)

NOVA LEI PARA TRABALHADORES PREVÊ PLURALISMO SINDICAL

O projeto de lei de Relações Coletivas de Trabalho, em fase final de elaboração pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, prevê a plena liberdade de organização dos sindicatos, o que, na prática abre espaço para a implantação do pluralismo sindical - formação de mais de um sindicato para representar a mesma categoria profissional. Eis alguns dos principais pontos da proposta: **1 - Livre Organização Sindical:** Caberá aos trabalhadores decidirem se querem ser representados por um ou mais sindicatos, como ocorre em países como a Itália, por exemplo. Atualmente a lei estabelece a unidade sindical, ou seja, um sindicato representando cada categoria numa mesma base territorial. A proposta possibilita aos sindicatos exercerem atividades político-partidárias, inclusive apoiar candidaturas em eleições (...). **2 - Contribuição Sindical:** O projeto prevê a extinção gradual do imposto sindical em cinco anos, à razão de 20% a cada ano. A redução começa no ano seguinte à aprovação da lei pelo Congresso. Os sindicatos poderão criar contribuições que substituam a receita gerada pelo imposto, fixadas pelos estatutos ou estabelecidas em assembleias da categoria. **3 - Servidores Públicos:** Haverá legislação especial, onde será definido o direito ou não à sindicalização. **4 - Negociação Coletiva:** Caberá ao sindicato, se for único, representar a categoria nas negociações com os empregadores. Caso haja mais de um sindicato que a represente, será obrigatória a formação de comissão que conduzirá os entendimentos com o patrão. **5 - Estatutos Sindicais:** Cada sindicato definirá livremente sua organização interna. **6 - Punição de Dirigentes:** Deixa de ser prerrogativa do Ministério do Trabalho e passa à alçada dos Tribunais Regio-

nais do Trabalho ou do Tribunal Superior do Trabalho a aplicação de penalidades aos dirigentes sindicais que infringirem a lei. (FSP - 10/4/87)

SINDICALISTAS DISCUTEM A DÍVIDA EXTERNA

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CGT (Central Geral dos Trabalhadores), juntamente com a COB (Central Operária Boliviana) e o PIT-CNT (Pacto Intersindical dos Trabalhadores-Convencção Nacional dos Trabalhadores), do Uruguai, anunciaram oficialmente, ontem à tarde, a realização da "Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha sobre a Dívida Externa" nos próximos dias 18 a 21 de maio. A reunião ocorrerá possivelmente no campus da Unicamp (Universidade de Campinas). A conferência discutirá os efeitos econômicos e sociais da dívida externa na vida dos povos da América Latina e Caribe, propostas de soluções para o problema e formas unificadas de luta contra a dívida. Com a preocupação de que nenhuma concepção sindical prevaleça na conferência, não foram apresentadas propostas básicas. Já foram convidadas todas as centrais sindicais latino-americanas e do Caribe - cerca de setenta. O convite será feito também a organismos oficiais, como a Cepal (Comissão Econômica para América Latina, da ONU) e centrais sindicais européias, como observadoras. (FSP - 15/4/87)

PLANO CRUZADO: PERDA SALARIAL DE 40%

A grande maioria dos trabalhadores brasileiros apresenta perda salarial superior a 40 por cento desde o início do Plano Cruzado até março deste ano. As perdas têm sido maiores do que as registradas em 1985, quando os trabalhadores começaram a receber reposições, abonos e antecipações. Esta é a conclusão de um estudo realizado pelo Departamento Intersindical de

Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) divulgado ontem. Segundo o documento do Dieese, as perdas salariais foram diferenciadas, de acordo com cada data-base de reajuste. A maior perda, de 47,87 por cento (já descontado os reajustes no Plano Cruzado e do gatilho) foram das categorias profissionais com data-base no mês de outubro. Isso significa dizer que de cada Cz\$ 1.000,00 recebido em outubro de 85, o trabalhador recebeu em 1º de abril de 87 apenas Cz\$ 521,30, em termos reais. De acordo com o Dieese, o valor real do salário em 1985 começou a cair a partir do Plano Cruzado I, por causa das manipulações do índice oficial de aferição na inflação e da descaracterização da escala móvel de salários, promovida depois pelo Plano Cruzado II. A Cesta Básica de Alimentos consumiu 74,62 por cento do salário mínimo líquido do mês de março. Em termos de poder de compra, este é o salário mínimo mais baixo dos últimos 36 anos, segundo pesquisa do Dieese. (O GLOBO - 15/4/87)

Trabalhadores Rurais

EM RELATÓRIO, CPT DIVULGA DADOS DOS CONFLITOS DE TERRA

Vinte e três trabalhadores rurais assassinados, 110 ameaçados de morte, 85 espancados, 8.242 famílias ameaçadas de despejo, 793 despejadas, 109 casas queimadas, 402 lavradores detidos, 191 submetidos a cárcere privado. Estes dados constam do relatório divulgado no sábado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Regional Araguaia-Tocantins, relativos aos conflitos pela posse da terra nos municípios de Cristalândia, Porto Nacional, Miracema do Norte (todos na região norte de Goiás), São Félix do Araguaia (MT) e Conceição do Araguaia (PA), no período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do ano passado. Segundo a CPT, "a raiz da violência se concentra na estrutura fundiária" da região, que se caracteriza pela concentração da

propriedade. Enquanto isso, os decretos desapropriatórios atingiram 33.134 hectares no sul do Pará; 68.396 hectares no norte de Goiás e 11.359 hectares na prela^zia de São Félix do Araguaia (MT). Dos 112.889 hectares de terra destinados à reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (Getat) só obtiveram a posse judicial de 37.897 hectares. A maioria das áreas continuam embargadas na Justiça. (FSP - 12/4/87)

DENÚNCIA DE TRABALHO ESCRAVO

Dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) disseram anteontem, em São Paulo e Goiânia, que os casos de trabalho escravo de lavradores, no interior do Brasil, já se tornaram algo generalizado, e confirmaram as denúncias feitas anteontem, em Brasília, pela Comissão Justiça e Paz da Diocese de Porto Nacional (GO) e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, de que lavradores estão sendo escravizados na região do Bico do Papagaio (sul do Pará, norte de Goiás e sudeste do Maranhão), sendo, inclusive, incluídos como "mercadorias", em transações comerciais. O lavrador gaúcho Darci Maschio, membro da Executiva Nacional do Movimento dos Sem Terra, disse ontem, em São Paulo, que sua entidade reagiu com "enorme indignação" ao saber da denúncia, acrescentando que esses casos não ocorrem somente no Bico do Papagaio, mas em todo o país. Citou, depois, um levantamento do próprio Ministério do Trabalho, feito no ano passado, indicando a existência de trabalho escravo em oito estados brasileiros, inclusive no interior de São Paulo. (FSP - 11/4/87)

SEM-TERRA LANÇAM LIVRO

O Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra lançará, na próxima semana, em Itaici, município de Indaiatuba

(99 km a noroeste de São Paulo), a segunda edição do livro "Assassinatos no Campo", com os resultados de levantamentos sobre a morte de lavradores e agentes pastorais, de abril do ano passado até este mês, em conflitos ligados à questão fundiária. Os sem-terra distribuirão exemplares do livro para os bispos que participarão, em Itaici, a partir de amanhã, da assembléia geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (FSP - 21/4/87)

LAVRADORES DESMENTEM ACUSAÇÃO DE INVADIR ÁREA MILITAR NO SUL

Os agricultores Hamilton Gonçalves de Oliveira, 21 anos, e seu primo, Edilson Gonçalves de Oliveira, 20 anos, acusados pelo Exército de invadirem o Campo de Treinamento Marechal Hermes, em Papanduva (SC), foram interrogados ontem na Circunscrição Judiciária Militar pelo juiz auditor substituto Monteiro Seixas. Hamilton foi preso no dia 2 de março e posteriormente levado para o quartel de Três Barras (SC) e para a delegacia de Rio Negro (PR), onde ficou detido até o dia 10 de março. No depoimento que prestou ontem, Hamilton disse que estava trabalhando nas terras de seu pai quando os soldados cruzaram o rio Papanduva - que marca a divisa da propriedade com as terras do Exército e intimaram os rapazes a acompanhá-los para um interrogatório, apontando armas. Edilson conseguiu fugir, embora os soldados tenham disparado alguns tiros e Hamilton foi preso. O rapaz também confirmou as denúncias, feitas anteriormente, de que foi espancado e ameaçado de morte pelo comandante do campo de Marechal Hermes, coronel José Newton Romero. (JB - 8/4/87)

EM ROMA, TRIBUNAL PODE DISCUTIR VIOLÊNCIA NO BR

Tribunal Permanente dos Povos - antigo Tribunal Bertrand Russel, organização não

governamental européia, com sede em Roma, Itália - poderá promover sessões especiais no segundo semestre deste ano, em locais a serem definidos, para analisar o agravamento da violência agrária no Brasil. Esta possibilidade será discutida em Brasília, de 13 a 15 de maio próximo, durante reunião do Tribunal da Terra, que está sendo preparada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), entre outras entidades. O encontro terá o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (FSP - 10/4/87)

Índios

CONFLITO ENTRE ÍNDIOS E POSSEIROS

A morte de dois posseiros, trucidados no dia 2, em choque com os índios cintas largas, é o mais recente capítulo da violenta história de conflitos por terra em Rondônia. Só no ano passado, 100 mil migrantes chegaram ao estado, apertando ainda mais o cerco aos 3 mil índios que vivem no Parque Aripuanã. A Funai, que reclama maior agilidade do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário na distribuição de terras para os posseiros, tem sido impotente para evitar essa invasão, que resultou até no nascimento de uma cidade dentro do parque indígena. E um novo problema agrava a situação: ataques frequentes de índios arredios às tribos contactadas pela Funai. José Carneiro, Claudinei Elias de Moraes, Carlos Carneiro e Vilso Rodrigues, no dia 2, entraram na área indígena Roosevelt, dentro do Parque Aripuanã, com objetivo de demarcar terras que pretendiam tomar posse. Chegaram muito perto da aldeia Capitão Cardoso, dos cintas largas, mas não se intimidaram com os avisos do cacique Mam Dzep. Os posseiros ainda atiraram na direção do ca-

cique, que voltou correndo para a aldeia e reuniu um grupo para enfrentar os brancos. José carneiro e Claudinei foram mortos a flechadas. Vilson Rodrigues se embrenhou na mata e está desaparecido até hoje. Só Carlos Carneiro escapou. Nem a polícia, nem a Funai conseguem evitar a invasão dos posseiros ao Parque Aripuanã, com 431 mil hectares de terras férteis e milhões de árvores da melhor madeira. Há 10 anos, a própria Funai autorizou a abertura de uma estrada dentro do parque, para facilitar o acesso à fazenda Muiraquitá, do grupo paulista Lunardelli. Hoje, calcula-se que 4 mil posseiros estão fixados dentro do parque. Uma linha de ônibus chegou a operar comercialmente dentro do parque. A perspectiva de novos choques entre brancos e índios pode estar piorando com o aparecimento, desde o final do ano passado, de sinais de tribos arredias dentro do parque. São índios ainda não identificados pela Funai e dos quais não se sabe nem a que grupo linguístico pertencem. Há dois meses, eles fazem freqüentes investidas noturnas a tribos dos cintas largas; até agora, não se tem notícia de mortes nesses ataques, que se resumem basicamente ao roubo de comida. (JB - 13/4/87)

TFR QUALIFICA COMO GENOCÍDIO A MORTE DE ÍNDIOS XACRIABÁ EM MINAS

O Tribunal Federal de Recursos (TFR) qualificou anteontem como genocídio a morte de três índios xacriabá durante ataque ocorrido na reserva indígena de Itacarambi (815 km ao norte de Belo Horizonte, MG), em 12 de fevereiro último, e decidiu manter a prisão preventiva do fazendeiro Francisco de Assis Amaro, acusado de chefiar o grupo de doze pistoleiros que teria praticado a chacina. O TFR considerou a Justiça Federal competente para julgar os treze indiciados e negou o pedido de habeas corpus em favor de Amaro, que permanece preso nas dependências da Polícia Federal em Belo Horizonte desde o dia 20 de fevereiro. Cinco outros integrantes do

grupo continuam detidos na delegacia de Montes Claros, município vizinho a Itacarambi. Ontem, o juiz da 4ª Vara da Justiça Federal em Minas, Eustáquio Nunes Silveira, decretou a prisão de mais sete pistoleiros que estariam envolvidos no assassinato, todos foragidos. Segundo o juiz, a qualificação de genocídio sustenta-se no artigo 1º da lei 2.889/56, que prevê a mesma pena de homicídio qualificado (de doze a trinta anos de prisão) "a quem quer que, com intenção de destruir no todo ou em parte grupo racial étnico ou religioso, matar membros do grupo ou causar lesões a sua integridade". (FSP - 10/4/87)

ADMINISTRADOR DA FUNAI E ÍNDIOS SERÃO PROCESSADOS CRIMINALMENTE

Com data de 17 de março, o dr. Rui Sulzbacher, procurador da República em Santa Catarina, ofereceu denúncia contra Sebastião Aparecido Fernandes, administrador regional da Funai em Chapecó, e contra 9 índios que, em 1º de novembro do ano passado, lideraram a invasão do Toldo Chimbangue, ferindo vários índios daquela área. Os índios também denunciados são: Pedro cornélio, do posto indígena de Guarapuava/PR; José Kagmu Olíbio de Rio das Cobras; Hilário dos Santos, de Palmas/PR; Afonso dos Santos, de Palmas/PR; João Borges, de Palmas/PR; Adelino Lopes, de Nonoai/RS; José Domingos Paliano, de Chapecó; Getúlio Ere Rondon Casemiro, de Votouro, e Adilor Vaz, de Nonoai/RS. Sebastião Aparecido Fernandes foi denunciado pela prática de esbulho possessório, com agravante de ser crime contra índio. A pena prevista é de detenção, de um a seis meses. Os índios foram denunciados também por esbulho, lesões corporais e lesões corporais graves, com penas que, somadas, poderão ultrapassar oito anos. A denúncia foi distribuída à 2ª Vara da Justiça Federal de Santa Catarina. Ficou aberta a possibilidade de se denunciarem outros funcionários da Funai, no curso

do processo. A iniciativa reconhece o caráter criminoso da invasão ocorrida em novembro último, desmentindo as versões da Funai. Espera-se que o processo ponha fim à imunidade que, desde a criação da Funai, acoberta as ações danosas aos índios, praticadas por seus funcionários, desencorajando a repetição de fatos como os ocorridos no Toldo Chimbangue. (O ESTADO - 3/4/87)

ÍNDIOS OCUPAM A FUNAI EM CUIABÁ E QUEREM MUDANÇAS

Cerca de 60 índios - das nações Bororo, Pareci, Bacairi, Umotina, Caiabi, Nhambiquara e Cinta Larga - ocuparam novamente ontem a sede da 2ª Superintendência da Funai, nesta capital, exigindo a saída do superintendente Cantídio Guerreiro Guimarães por estarem descontentes com o atendimento nas áreas de saúde e educação, entre outras, e ao mesmo tempo exigindo a indicação para o cargo de Idevar Sardinha, antigo funcionário da Funai em Mato Grosso. Os índios mantiveram os funcionários dentro da sede da Superintendência - liberaram a saída para o almoço. Alguns índios estavam armados de arco e flecha e borduna, mas a ocupação foi calma, mesmo porque o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, logo telefonou para Cuiabá comunicando a exoneração de Cantídio Guerreiro. O impasse, entretanto, continua, porque Romero Jucá Filho não aceita a indicação de Idevar Sardinha, apesar de seu nome ter sido escolhido pelas lideranças indígenas a partir de uma lista tríplice elaborada no mês passado durante um encontro em Cuiabá para discutir a questão indígena no estado. Por ora, Cantídio Guerreiro, que desde a semana passada não comparece ao trabalho, está sendo substituído por Eraldo Fernandes, assessor da presidência da Funai. Em entrevista na tarde de ontem, Eraldo Fernandes negou que a demissão do ex-superintendente tenha sido motivada pela pressão exercida pelas comunidades indígenas, preferindo explicar que Cantídio Guerreiro - que é amigo pessoal de Romero Jucá Filho - já

havia pedido exoneração por problemas de saúde. Para se ter uma idéia da diferença de ênfase nas informações entre Brasília e Cuiabá basta um fato real: Eraldo Fernandes, que ontem dava entrevista à tarde em Cuiabá, tranqüilamente, no gabinete da presidência da Funai, em Brasília, era anunciado como "um dos reféns" feitos pelos índios. O quadro, na presidência da Funai em Brasília, aliás, dava razão à desprezada versão do deputado estadual William Dias, em cuiabá, segundo o qual o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, teria autorizado a invasão da Funai em Mato Grosso pela Polícia Federal para expulsar os índios que a ocuparam. Na verdade, Jucá afirmava em alto e bom som em seu gabinete brasiliense que mobilizara não só a Polícia Federal, mas também a Polícia Militar de Mato Grosso para "retirar do prédio da Superintendência Regional do Centro-Oeste, da Funai, em Cuiabá, os índios manipulados por brancos picaretas que a invadiram". Quando um repórter lembrou que os índios recebem tratamento diferenciado da lei, Jucá respondeu fazendo um brusco movimento com o punho direito cerrado: Índio tem imunidades, mas não tem impunidade. (JB - 8/4/87)

TUXÁ EXIGEM SEUS DIREITOS

Na Bahia, os índios da tribo Tuxá, remanejados de suas terras em Rodela para o Município de Ibotirama, por causa da construção da barragem de Itaparica, estão acusando a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf de não estar cumprindo convênio assinado com a Funai no qual a companhia é responsável pela assistência às necessidades da tribo. Os índios foram a Brasília para cobrar da Funai o cumprimento do convênio pela Chesf, pois sentem-se abandonados pela empresa. (ESP - 9/4/87)

TRÊS MORTOS EM CONFLITO COM ÍNDIOS

Índios cintas-largas mataram um filho e dois auxiliares do topógrafo José Carneiro (que conseguiu fugir), os quais estavam acampados próximos à confluência dos rios Roosevelt e Capitão Cardoso, em Mato Grosso. A informação foi confirmada hoje pelo empresário José Lopes, presidente da Santa Barbara Agropecuária, para quem Carneiro estava trabalhando. Fontes da Funai disseram que a equipe entrou em conflito com os índios na jurisdição do posto indígena Capitão Cardoso. O empresário declarou que a área em questão, a ser desbravada pela companhia, "não é alvo de confronto com a Funai e não é nenhuma reserva indígena". A Polícia Federal encontrou-se na área para investigações. (ESP - 9/4/87)

Igrejas

ELEIÇÃO NA CNBB

A união entre "moderados de centro" - que constituem aproximadamente 60% dos 371 bispos brasileiros - com os prelados de tendência "progressista", garantirá a continuidade, na assembleia de Itaiaci, que começa amanhã, da linha de trabalho adotada nos últimos dezesseis anos sob a liderança de d. Aloísio Lorscheider e d. Ivo Lorscheiter. Esta linha é, atualmente, resumida no objetivo geral da ação pastoral da Igreja no Brasil, aprovado pelo conjunto do episcopado, na assembleia de 1983, com esta formulação: "Evangeliizar o povo brasileiro, em processo de transformação sócio-econômica e cultural, a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da ação preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente comunhão e participação, visando a construção de uma sociedade justa e fraterna, anunciando, assim, o Reino definitivo". Este objetivo deverá ser mantido ou modificado,

por votação, na próxima assembléia. O bloco considerado "conservador" da CNBB tem sua força específica, mas não reúne condições políticas para impor a sua hegemonia no conjunto da conferência episcopal. A realização de sete eleições para diversos cargos e tarefas de representação, além do debate de quatro temas prioritários - a elaboração da nova Constituição brasileira, o papel dos leigos na Igreja e no mundo, a situação da educação católica no país e o desafio pastoral dos novos movimentos religiosos -, serão os destaques da 25ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a ser iniciada amanhã, às 8h30, com uma celebração presidida por d. Ivo Lorscheiter. Para a presidência da CNBB, os nomes mais cotados continuam sendo os do atual vice-presidente, ex-bispo auxiliar de São Paulo e arcebispo de Uberaba (MG), d. Benedito Ulhôa Vieira, do atual secretário-geral e bispo auxiliar da região de Belém, zona leste paulistana, d. Luciano Mendes de Almeida, e do arcebispo de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes de Araújo. (FSP - 21/4/87)

BAIXADA QUER VOTAR NA CNBB

Um grupo formado por 26 CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), da Baixada Fluminense, está reivindicando participação nas eleições que, no final deste mês, irão escolher os novos presidente, vice-presidente e secretário-geral na CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). A reivindicação foi apresentada através de uma carta, na qual as 26 CEB's indicam "à apreciação dos pastores" três nomes que estão "no coração" de todos os integrantes dos movimentos eclesiais de base, geralmente organizados entre populações pobres e orientados à luz da Teologia da Libertação: d. Luciano Mendes de Almeida, d. José Maria Pires e d. Mauro Morelli. Assinada por Valter da Silva Nunes e Luiz Rodrigues de Souza, integrantes do Conselho Pastoral da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, em Campos Elí-

seos, município de Caxias, a carta foi enviada há quatro dias à presidência e a 11 representações regionais da CNBB. "A fertilidade da reflexão e a ação pastoral da CNBB nos últimos 10 anos precisam ser consolidados", escreveram os dois integrantes da CEB da paróquia do Pilar. "Vemos nos quatro cantos do Brasil rostos de irmãos que, a partir das orientações da CNBB, começaram a ter feições com as conquistas de justiça, fraternidade e espaço social numa sociedade que não está preocupada com a construção do Reino de Deus. Diante disso, pedimos aos nossos estimados pastores que, preocupados com o vigor do Evangelho, ouçam as nossas sugestões em vista da eleição para presidência da CNBB". (JB - 13/4/87)

TEÓLOGOS DOS EUA REVISAM A BÍBLIA

Quinze teólogos protestantes e católicos reuniram-se nos últimos seis anos para elaborar uma inédita versão no "Novo Testamento da Bíblia", denominada "Novo Testamento da Nova Bíblia Americana". O original nesta versão é que o vocábulo "homem", quando utilizado para designar homens e mulheres, foi substituído por "espécie humana" ou outro termo correlato, segundo o "The New York Times" de 5 de abril. Segundo o reverendo Stephen J. Hartdegen, um dos autores da nova versão, os trechos cuja adaptação foi mais difícil foram aqueles em que havia clara "discriminação contra as mulheres". Ele disse que as modificações tiveram por base o texto original, escrito em grego. A atual revisão da "Bíblia" vem em substituição à versão publicada em 1970 e, embora procure fugir da "visão de mundo centrada no homem", que as traduções usadas na maior parte do mundo contêm, não é tão audaciosa quanto a publicada em 1983 pelo Conselho Nacional das Igrejas dos EUA. Nesta versão, Deus é tratado como "Pai e Mãe" e, no lugar da expressão "Filho de Deus", usa-se "Criança de Deus". (FSP - 10/4/87)

BISPO TUTU CONFIRMA VISITA E MANTERÁ CONTATOS ECUMÊNICOS

O Prêmio Nobel da Paz de 1984 e arcebispo-primaz anglicano da África do Sul e países vizinhos, Desmond Tutu, chegará ao Brasil dia 18 de maio, para uma visita de quatro dias, a convite do governo brasileiro. Durante sua permanência no país, Tutu manterá contatos a nível ofici

al, defendendo pressões pelo fim do apartheid (regime de segregação racial). O arcebispo Tutu chegará a Recife (PE) no dia 18, vindo de Lisboa. No dia 19, viajará a Salvador, cidade brasileira com o maior índice de população negra, seguindo, no mesmo dia, para o Rio de Janeiro. No dia seguinte, viajará a São Paulo. (FSP - 16/4/87)

REFORMA AGRÁRIA

CAMPONESES OCUPAM TERRA NA PARAÍBA

Após 12 meses esperando inutilmente que o governo cumprisse a promessa de compra e distribuição das terras da Fazenda Codorna localizada no Município de Campina Grande, Paraíba, os "Sem Terra" resolveram ocupá-la no dia 23 de março passado, "como forma de dizer ao governo que resolva nossa situação e faça Reforma Agrária" (carta aberta dos camponeses às autoridades e ao povo).

A pressão dos camponeses num auditório de mais de 500 pessoas, forçou o governo do Estado a visitar a área e marcar uma reunião com o proprietário da terra, Prefeito Municipal e Comissão dos Sem Terra, onde foi negociada e aceita a permanência dos 250 ocupantes na área.

As questões principais de discussão giram em torno do preço da terra e depende da verba a ser liberada pelo Governo Federal.

O Movimento dos Sem Terra tem como objetivo iniciar a Reforma Agrária no município, com a desapropriação de toda a área de grande propriedade ao redor do centro urbano, a fim de que seja executado o assentamento de inúmeras famílias desempregadas na periferia da cidade, criando dessa forma condições para a implementação do plano do "Cinturão Verde" de Campina Grande.

Áurea

Membro da Comissão dos

Sem Terra de Campina Grande

Livros



Identidade Negra e Religião - Consulta sobre cultura negra e teologia na América Latina

Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo (Asett), CEDI/Edições Liberdade, 1986. 201 p. Cz\$ 90,00.



TRABALHADORES URBANOS NO BRASIL/82-84

Aconteceu Especial 16
CEDI (Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC). São Paulo, 1986, 200 pp., 21x30 cm. Cz\$ 70,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI

LANÇAMENTO



DOSSIÊ CONSTITUINTE II
As grandes Questões Nacionais e as Propostas Populares

Cz\$ 150,00

CADERNOS DO CEDI

Canaveiros em greve	Cz\$ 70,00
Educação popular: Alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 35,00
Sexta assembléia do CMI	Cz\$ 35,00
Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia	Cz\$ 35,00
Rochas comunitárias & outras experiências de coletivização ..	Cz\$ 35,00
Deixar vir a mim os pequeninos	Cz\$ 35,00

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980	Cz\$ 15,00
Trabalhadores urbanos 1980	Cz\$ 15,00
Trabalhadores urbanos 1981	Cz\$ 15,00
Trabalhador rural 1981	Cz\$ 15,00
Fiat 1981	Cz\$ 15,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular	Cz\$ 35,00
Povos indígenas no Brasil 83	Cz\$ 50,00
Povos indígenas no Brasil 84	Cz\$ 95,00

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Volume 3 - Amapá/Norte do Pará	Cz\$ 95,00
Volume 5 - Javari	Cz\$ 60,00
Volume 8 - Sudeste do Pará (Tocantins)	Cz\$ 125,00

Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241 - Rio de Janeiro - RJ.

Av. Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.